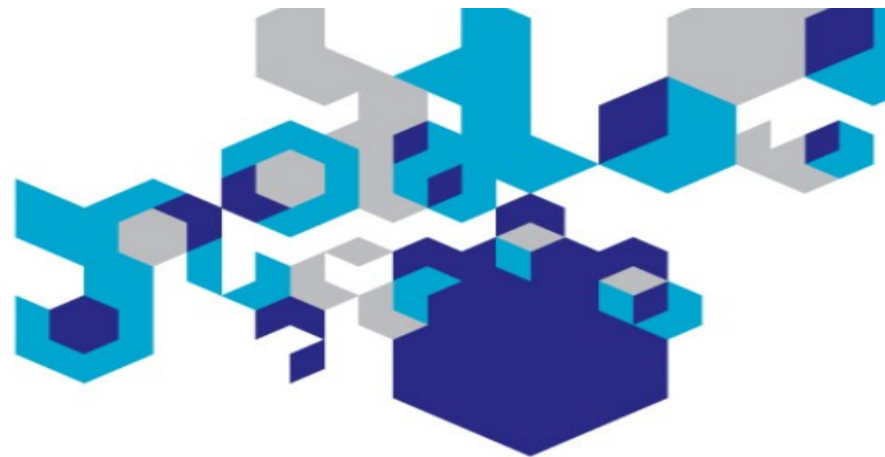




# Regulamentação e Aplicação da Lei Anticorrupção: uma visão do MPF

**ANTONIO FONSECA**

Subprocurador Geral da República

Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão - Consumidor e Ordem Econômica

## SEMINÁRIO

**LEI ANTICORRUPÇÃO: NOVAS REGRAS E DESAFIOS AO COMPLIANCE EMPRESARIAL**

Conceitos Seminários, São Paulo, 28/03/2014

**3ª CCR/MPF**

# Resumo

---

- ✓ Cenário de não-*compliance*
- ✓ Política Anticorrupção – Deficiências
- ✓ Regulamentação e aplicação do decreto
- ✓ Papel do Ministério Público
- ✓ Destaques finais

# Cenário de Não-*Compliance*

---

- ✓ A mídia nacional divulga situações de violações legais que envolvem órgãos/entidades do governo e o setor privado.
- ✓ Os slides a seguir são uma amostra desse cenário, que sugere urgente e decisiva ação política do Estado brasileiro para efetiva aplicação de um programa de integridade do mercado.
- ✓ Criação e aperfeiçoamento de mecanismos para punir violações e evitá-las.

# Petrobras é acusada de receber 30 milhões de dólares para favorecer contratos

Propina pode ter destinação política.

## ÉPOCA Notícias do operador do PMDB na Petrobras

O lobista João Augusto Henriques denuncia cobrança de propina para fechar contratos e diz que dinheiro foi para deputados – e até para a campanha presidencial

DIEGO ESCOSTEGUY, COM FLÁVIA TAVARES, MARCELO ROCHA, MURILO RAMOS E LEANDRO LOYOLA  
09/08/2013 21h51 - Atualizado em 12/09/2013 16h38

 Tweetar 409

  Share  73



## OUTRAS NOTÍCIAS

### 14 perguntas a Edson Lobão sobre propina na Petrobras

#### Investigação

Petrobras: Senadores irão à Holanda investigar denúncias de propina

A estatal brasileira teria recebido 30 milhões de dólares para favorecer contratos, segundo a holandesa SBM Offshore

# Embraer é investigada por suborno a funcionários da República Dominicana

## O caso deve servir de aprendizado.

### Avança investigação contra a Embraer

03 de novembro de 2013 | 8h 21

NOVA YORK, 03/11,2013 - Um documento obtido pelo Wall Street Journal revela detalhes sobre a investigação conduzida por autoridades do Brasil e dos Estados Unidos nos últimos três anos sobre uma suposta propina paga pela Embraer para obter um contrato de venda de aviões à Força Aérea da República Dominicana. O documento é um pedido de informações das autoridades brasileiras ao governo dos EUA sobre o

De acordo com o texto, funcionários do Departamento de Justiça dos EUA e da Securities and Exchange Commission (SEC, a CVM americana) apresentaram o caso a autoridades brasileiras em março de 2012, em Paris, durante uma conferência internacional sobre combate à corrupção. Nos meses seguintes, os EUA disseram ter evidências, incluindo registros bancários e e-mails, que mostrariam que executivos da Embraer aprovaram o pagamento de um suborno de US\$ 3,4 milhões a um coronel reformado da Força Aérea Dominicana para que ele influenciasse o governo de seu país a fechar a compra de oito aviões Super Tucano por US\$ 90 milhões.

Nos Estados Unidos, a investigação está sendo conduzida de acordo com a Lei de Práticas Corruptas estrangeiras. A Embraer anunciou que estava sendo investigada em 2011 e afirmou que está cooperando com as autoridades. A empresa contratou o escritório de advocacia americano Baker & McKenzie para conduzir uma investigação interna, depois de receber uma intimação da SEC em setembro de 2010.

### Embraer enfrenta investigação nos EUA sobre suborno

Segundo Wall Street Journal, autoridades estão investigando se brasileira subornou funcionários da República Dominicana em troca de um contrato de US\$ 90 mi

Germano Lüders/EXAME.com

04/11/2013 12h00 - Atualizado em 04/11/2013 15h22

**G1** ECONOMIA  
NEGÓCIOS

### Embraer enfrenta investigação nos EUA sobre suborno, diz 'WSJ'

Funcionários da República Dominicana poderiam ter sido subornados. Estava em jogo contrato de US\$ 90 milhões para fornecer aeronaves.

# Funcionários da Eletrobras extorquem usuários

A propina perpetua o furto. O problema encarece o preço da energia.

13/03/13, 14:36

## Empresária denuncia Eletrobras por ameaça e pedido de propina

Segundo relato, técnicos da empresa teriam pedido R\$ 300 em visita. Caso já deu origem a Boletim de Ocorrência.

A comerciante Irineuda Aguiar Silva, da zona Leste de Teresina, denunciou no 11º Distrito Policial que funcionários da Eletrobras exigiram propina para retirar supostas multas de sua conta de energia. A quantia pedida pelos técnicos foi de R\$ 300. O Boletim de Ocorrência foi registrado às 11h desta quarta-feira (13).

Fotos: Evelin Santos/Cidadeverde.com



## EXTORSÃO – Funcionários terceirizados da Eletrobras são presos ao pedirem propina para "liberarem gato" na energia

Terça-Feira, 06 de Setembro de 2011 / 08:39

Fonte: Rondoniaovivo

04/06/2013 19h19

5 comentários

## Eletrobras denuncia extorsão a clientes e furto de energia elétrica

Eletricistas estariam cobrando para disfarçar as irregularidades encontradas

# BNB perde milhões em operações irregulares

As perdas encarecem o custo do dinheiro.

ÉPOCA

## Polícia Federal apura o desvio de mais de R\$ 100 milhões do Banco do Nordeste

Lembra o caso dos dólares escondidos na cueca? Uma investigação obtida por ÉPOCA revela desvio de dinheiro envolvendo o mesmo banco – e o mesmo partido político

LEOPOLDO MATEUS, DE FORTALEZA

[Twitter](#) 533 [Curir](#) 4,8 mil [g+1](#) 90 [Share](#) 34



SOB INVESTIGAÇÃO

A sede do Banco do Nordeste, em Fortaleza, e o chefe de gabinete do banco, Robério do Vale (à direita). Três empresas dos cunhados de Vale obtiveram empréstimos suspeitos que chegaram a cerca de R\$ 12 milhões (Foto: Kléber A. Gonçalves/O Povo e Miguel Porti/Ag. Diário)

## Ex-presidente do Banco do Nordeste é denunciado por desvio de R\$ 1,2 bi

Ministério Público Federal ofereceu denúncia a outros 10 também pelo crime de gestão fraudulenta de instituição financeira

24 de janeiro de 2014 | 18h 58

## Banco do Nordeste perdeu milhões em operações consideradas irregulares

Investigações mostram que situação do banco é mais grave do que se supunha, com concessões de empréstimos sem análise de crédito adequada

# Corrupção no programa Minha Casa Minha Vida

O m2 da construção fica mais caro e reflete no custo de vida.

## Construtor confirma propina no Minha Casa Minha Vida

- Pequenos empresários pagaram de 10% a 32% do valor do imóvel



Casas abandonadas em 2011 no município de Marajá do Sena, no Maranhão, pela empreiteira SC Construções Crédito Arquivo pessoal

BRASÍLIA — Pequenos construtores subcontratados para tocar obras do Minha Casa Minha Vida (MCMV) em municípios com menos de 50 mil habitantes revelam que só conseguiam entrar no programa se pagassem propina à empresa RCA Assessoria. Segundo empresários ouvidos pelo GLOBO, a empresa montada por ex-funcionários do Ministério das Cidades cobrava das empreiteiras uma taxa que variava de 10% a 32% do valor do imóvel construído. Em alguns casos, o pedágio teria inviabilizado o trabalho e as obras acabaram sendo abandonadas. Apesar das declarações dos empreiteiros, a RCA nega cobrar qualquer taxa das construtoras.

## Minha Casa Minha Vida sofre com fraude em cadastros

O segundo problema mais comum é a corrupção, como o pagamento indevido de vantagens a servidores públicos

AE



# Funcionários do Banco acusados de cobrar propina

Desvios podem financiar campanha. Problema afeta a imagem do BB, encarece o custo do dinheiro e desvirtua o programa social.

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

## **DENÚNCIA**

**PF investiga caso; envolvidos foram afastados de seus cargos**

### **Funcionários do BB são acusados de cobrar propina de cooperativa**

da Sucursal de Brasília

A Polícia Federal abriu inquérito para investigar suspeita de cobrança de propina, por funcionários do Banco do Brasil, para concessão de financiamentos por sua gerência de crédito cooperativo.

O consultor de empresas José Guilherme da Silva gravou conversas telefônicas em que Marcus Vinicius Tatagiba e João Bosco Silva, funcionários do BB em Brasília, pediam comissão de 6% em troca da liberação de R\$ 1,2 milhão a uma cooperativa em formação em Mato Grosso.

O Banco do Brasil divulgou nota oficial informando o afastamento dos dois funcionários e a abertura de inquérito administrativo para investigar as denúncias.

Os contatos com os funcionários do Banco do Brasil foram feitos em abril. Foram gravadas ligações do telefone do Banco do Brasil e do celular de Tatagiba. José Guilherme também teria tido um almoço com os funcionários do BB em um restaurante em Brasília.

De acordo com a gravação, Tatagiba disse que a propina deveria ser paga da seguinte forma: a primeira parcela na apresentação do projeto, em Mato Grosso, a segunda parcela quando o projeto fosse enviado à sede do banco em Brasília e a terceira parcela após a liberação do financiamento.

O funcionário do BB também indicou a conta em que o dinheiro deveria ser depositado. Ela

A conta pertence a Carlos Augusto Valporto Palácio. O endereço que consta da ficha de Palácio no banco é o mesmo de Márcia Tatagiba, prima de Palácio e de Marcus Vinicius Tatagiba.

A denúncia foi levada à Polícia Federal pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF).

# CNJ apura suborno a magistrados

Tribunais também necessitam de programa de ética e *compliance*

**SEIS DESEMBARGADORES NA MIRA DO CNJ**

## Venda de sentenças é investigada no TJ-BA

Corregedor do Conselho Nacional de Justiça revela que Polícia Federal e Receita apuram denúncias de cobrança por decisões favoráveis **págs. 16 e 17**

ARTE SOBRE FOTOS DIVULGAÇÃO/UTVÍTORIA E MAURO ARAÚJO/ASSOCI

» JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça investiga suspeita de venda de sentenças no TJ do Paraná

Você está em: [Home](#) » [Notícias](#)

Terça, 04 de Fevereiro de 2014 - 07:51

**CNJ investiga suposta venda de sentenças no TJ-BA**



Denúncias de venda de sentenças por desembargadores baianos estão sob investigação, disse o corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Francisco Falcão. Uma nova correição do CNJ foi iniciada nesta segunda-feira (3) no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), com duração de três dias. Segundo Falcão, os casos são apurados pela Polícia Federal e Receita. Ele não quis, no entanto, informar mais detalhes, com o argumento de que não seria adequado, "para não dar o caminho para os investigados". De acordo com o ministro, também são investigadas denúncias de nepotismo na Corte baiana. "Todo mundo comenta que existe tráfico de influência de alguns escritórios de advocacia, mas parece que ninguém tem coragem de denunciar isso", afirmou o corregedor. Segundo informações do jornal A Tarde, a ex-corregedora do CNJ Eliana Calmon informou que seriam seis o número de desembargadores investigados por venda de sentenças.

# Política Anticorrupção – Deficiências

---

- ✓ Lei Federal nº 12.846/2013
- ✓ Decreto federal – ainda não expedido
- ✓ Lobby (falta de regulamentação legal)
- ✓ Reforma política (necessidade de regulamentação do financiamento de campanha eleitoral).

# Política Anticorrupção - propostas

---

✓ **Plano nacional anticorrupção:** papel da Controladoria Geral da União (CGU) na concepção de um plano nacional para a aplicação da lei. Bases (compromissos apartidários): uso eficiente dos recursos públicos; ética como padrão de governança pública e privada; campanhas publicitárias pela integridade do mercado; capacitação de pessoal.

✓ **Prevenção de conflitos entre autoridades públicas:** necessidade de delimitação de competência para abrir processo e celebrar acordos de leniência. Procedimento de comunicação entre as autoridades e controle mínimo.

✓ **Coordenação de iniciativas:** estados e municípios (acima de 200.000 habitantes) devem ser estimulados a regulamentar a lei federal. Esforços para que todas as esferas de governo possam aprimorar seus regulamentos.

# Política Anticorrupção - propostas

---

- ✓ **Parâmetros de programa de ética e *compliance*.** Implantação orientada: critérios objetivos. Ética e *compliance* para empresas do governo e mercados regulados.
- ✓ **Atenção para pequenas empresas:** necessidade de facilitar adoção de boas práticas no âmbito das micro, pequenas e médias empresas; evitar custos desproporcionais.
- ✓ **Cooperação entre os Poderes:** troca de experiências para reforçar políticas de *compliance*, incluindo organismos internacionais.

# Regulamentação e Aplicação - limites

---

## Limites do decreto

- ✓ Política de integridade e governança pública
- ✓ Programa de ética e *compliance* para órgãos e entidades públicas
- ✓ Decreto federal – expectativas (rito etc)
- ✓ Decreto estadual de São Paulo nº 60.106/2014 e Decreto estadual de Tocantins nº 4.954/2013.

# Regulamentação e aplicação do decreto – atribuição concorrente

---

- ✓ CGU: competência corrente para o processo adm.
- ✓ Dec/SP: sec Estado, PGE, PCGA - atribuição concorrente para instaurar processo (adm direta)
- ✓ Dec/SP: dirigente entidade Adm Indireta (art. 2º, II)
- ✓ Dec/SP: controle da CGA s/Adm Ind (propor, representar)
- ✓ Dec/SP: controle da PGE (hipótese de divergência)
- ✓ Dec/TO: CGE – atribuição concorrente para instaurar; pode avocar.

# Regulamentação e aplicação do decreto - acordo de leniência

---

- ✓ Quem celebra: autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública (lei federal)
- ✓ Escopo do AL: *efetividade da colaboração e resultado útil do processo.* Requer ambiente de confiança
- ✓ Papel da CGU: competência exclusiva para o AL no âmbito do poder executivo federal
- ✓ Decreto de SP. Quem celebra: presidência da CGA; dirigente de cada entidade (c/parecer favorável da CGA)
- ✓ Decreto de TO. Quem celebra: CGE
- ✓ Proposta de acordo – avaliação da empresa

# Regulamentação e aplicação do decreto – sanções, seus gravames e atenuantes

---

- ✓ Aspectos subjetivos/objetivos; fundamentação.
- ✓ Percentual de multa, gravidade da infração, vantagem auferida/preendida, consumação, grau da lesão, efeito negativo, situação econômica do infrator, cooperação da pessoa jurídica, valor dos contratos.
- ✓ Programa de ética e *compliance* (decreto); mecanismos, procedimentos, auditoria, incentivo à delação, aplicação efetiva (código ética/conduita), comunicação de fato relevante.
- ✓ Contribuição do regulamento (decreto) para objetivação das sanções.
- ✓ Manifestação prévia específica da advocacia pública.

# Papel do Ministério Público



Fundado em 1891

## JORNAL DO BRASIL



Sign in

Login ▼

O primeiro jornal 100%  
digital do país

f Curtir 138 mil

g+1

Quinta-feira, 6 de fevereiro de 2014

Capa ▼ País ▼ Rio ▼ Economia ▼ Internacional Esportes Ciência e Tecnologia Cultura Colunistas ▼ Fotos e Vídeos J Blogs

### País

buscar notícia

buscar

03/02 às 16h39 - Atualizada em 03/02 às 16h42

## MPF propõe ao Planalto enquadrar empresas públicas na Lei Anticorrupção

Jornal do Brasil

Luiz Orlando Carneiro

+A

-A



A pedido da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (consumidor e ordem econômica), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ofício à Casa Civil da Presidência da República com sugestão para que - na regulamentação da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), que acabou de entrar em vigor - as empresas estatais sejam incentivadas a adotar os mesmos procedimentos exigíveis das empresas privadas. As pessoas jurídicas que atuem em setores regulados também seriam compelidas a adotar os mecanismos e procedimentos internos de integridade, previstos no art. 7º, inciso 8, da nova lei.

# Papel do MP – atuação proativa

---

✓ **Recomendação:** autoridades reguladoras devem promover meios para que empresas reguladas adotem programa adequado de Ética e *Compliance*. CNJ e CNMP devem adotar procedimentos comuns nas diversas instâncias para inibir subornos.

✓ **Consultas:** com associações empresariais: entidades podem, em parceria, fomentar a cultura de *compliance* entre as corporações; com autoridades: federais e locais para melhoria de ferramentas.

✓ **Ações setoriais:** esforços para estabelecimento de práticas coletivas para promover integridade do mercado.

# Papel do MP – atuação corretiva

---

- ✓ **Ajuste de Conduta:** possibilidade de o MP propor à empresa que implemente programa de ética e *compliance* ou melhore um já existente.
- ✓ **Ações judiciais:** processos para perda de bens e direitos, suspensão ou proibição de atividades, dissolução forçada, e proibição de acesso aos incentivos públicos, inclusive desconsideração da personalidade jurídica.
- ✓ **Omissão das autoridades:** providências judiciais.

# Destques finais

*Em defesa da Integridade de Mercado*

---

## **Corrupção corporativa:**

- ✓ afeta preços de bens e serviços diretamente;
- ✓ distorce a concorrência;
- ✓ a longo prazo, pode conduzir um país para uma economia de alto preço e de crescimento tardio;
- ✓ todos perdem; a propina não compensa.

# 3ª Câmara de Coordenação e Revisão

## “Consumidor e Ordem Econômica”

Lema para 2014:

“Em Defesa da Integridade do Mercado”

<http://3ccr.pgr.mpf.mp.br/>



# Obrigado!



[fonseca@mpf.mp.br](mailto:fonseca@mpf.mp.br)



**3ª CCR/MPF**

